

FORPLAD**I Reunião do FORPLAD 2016****Pelotas-RS - 08, 09 e 10 de março de 2016****Hotel Jacques Georges Tower****ATA DA REUNIÃO****1º dia, 08 de março**

16h30

Credenciamento.

17h00 – 17h30

Solenidade de Abertura. Responsável: Antônio Carlos de Freitas Cleff, Luiz Osório Rocha dos Santos e Mozart Tavares Martins Filho (Coordenadores Locais da 1ª Reunião do FORPLAD em 2016).



17h30 – 18h30

Apresentação Institucional - Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
Palestrante: Reitora Cleuza Maria Sobral Dias.

Apresentação Institucional - Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Palestrante:
Reitor Mauro Augusto Burkert Del Pino.



Reitora Cleuza Maria Sobral Dias - Universidade Federal do Rio Grande – FURG



Reitor Mauro Augusto Burkert Del Pino - Universidade Federal de Pelotas – UFPEL



18h30 – 20h30

Palestra de Abertura: Compromisso social e qualidade acadêmica: o desafio da gestão das Universidades Públicas. Palestrante: Profa. Maria Isabel da Cunha (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS).

Pensando a Universidade no século XXI

A palestrante abordou questões como a Democratização X internacionalização - trabalhar com cotas e internacionalizar; necessidade de construir mais salas de aula ou mais espaços comuns? A avaliação externa diz o que a “Instituição deve ser” ou, o seu projeto pedagógico institucional define o que ela quer ser? No passado, hora aula era sinônimo de maior qualidade para os cursos, e hoje?



Profa. Maria Isabel da Cunha (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS)

2º Dia, 09 de Março

08h30 – 10h00

Painel 1 – Lei 13.243/2016 – Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação. Palestrantes: Fernando Peregrino (Vice-Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior – CONFIES), André Alves Pereira de Melo (Assessor Financeiro da UFRPE) e Rogério Andrade Mulinari (Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná – UFPR).

Fernando Peregrino: O País quer participar da sociedade de inovação? Esta é a primeira pergunta a ser feita.

Vivemos a era pós-industrial onde o conhecimento é o fator predominante, temos que participar desse processo.

O impacto do marco legal nas IFES e suas fundações de apoio. Vetos e perspectivas - a reunião do Congresso prevista para ontem foi cancelada. O marco legal é uma tentativa de nos permitir participar da sociedade da inovação, precisamos transformar o conhecimento em inovação.

Existem 19 itens a serem regulamentados:

A burocracia precisa ser urgentemente reduzida. Com o marco legal, O CNPq interpretou que as fundações não poderiam mais fazer importação. O Marco legal tem o objetivo de transformar ciência em inovação, promover a ligação das instituições de pesquisa com a empresa, desburocratizar a gestão dos processos de CTI.

A lei 13243/2016 é o produto da EC 85/2015 e EC 19/1988, no qual consolida e proporciona segurança jurídica a 9 leis ordinárias. A Lei enfrentou problemas, vetou bolsas de inovação para ICT privada (ex. alunos da PUC não podem receber bolsa, somente das IFES), vetou, também, a bolsa de residência médica, despesas operacionais administrativas, etc.

- A pesquisa requer facilidade na aquisição de insumos, há de ter facilidade nas compras.

Perspectivas: reparar as questões de importação, fazer um decreto de regulamentação, recompor os vetos no congresso.



Fernando Peregrino (Vice-Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior – CONFIES)

André Alves Pereira de Melo: Marco Civil da ciência, tecnologia e inovação

Há necessidade de iniciar um debate sobre o tema?

Nova definição para Inovação, Ciência e Tecnologia - ICT; possibilidade de alianças estratégicas envolvendo empresa e entidades privadas sem fins lucrativos; possibilidades das ICT públicas compartilharem laboratórios e capital intelectual mediante contrapartida financeira e não financeira.

Há possibilidade de publicação de vários decretos, Instruções Normativas e Portarias para regulamentar a Lei 13243/2016. Aconselho que as IFES discutam com a CGU como será implementada a Lei.

A Lei que sofreu maior influência do Marco Legal foi a Lei de Inovação: alteração da definição de criador, incluiu a incubadora de empresa, alteração no conceito de ICT, NIT, fundação de apoio, pesquisador público (técnico administrativo não será considerado pesquisador público?), inclusão de parque tecnológico, inclusão da extensão tecnológica, inclusão de bônus tecnológico e polo tecnológico.

A Petrobras e Eletrobrás poderá ser considerada uma ICT pelo Marco Legal?

A cooperação poderá envolver empresas estrangeiras; as IFES poderão fazer cessão, com cobrança de locação dos prédios da Instituição; possibilidade de arrecadação de receita pela Fundação de apoio com a única obrigação de aplicar na pesquisa; o pesquisador público poderá se afastar para prestar colaboração para outra ICT (uma

ONG, uma Universidade privada) a Petrobrás pode ser ICT? Também não há mais exigência do professor DE se manter na docência? Há necessidade de ter regulamentação interna de cada IFES; criação de bolsas de estímulo a inovação. Há necessidade de regulamentação dessa nova modalidade bolsa. As IFES terão que trabalhar para implementar as regulamentações internas.

Cada IFES deverá instituir a sua política de inovação com seu regulamento interno, poderá ser delegado ao gestor do NIT a implantação das políticas de inovação; podendo ter personalidade jurídica própria e atuar como Fundação de apoio.

Competências do NIT: desenvolver estudos de prospecção; estudos e estratégias de transferência de inovação; atuar como fundação de apoio (decisão interna da IFES)

Fundação de apoio - FA: poderá captar, fazer a gestão das receitas próprias. O professor designado para ser presidente da FA não precisa cumprir suas obrigações na IFES; não está cedido, apenas em exercício da Fundação.

No caso de Professor estatutário, se for presidente da FA a remuneração máxima será de 23 mil reais, mas a FA definirá quanto poderá pagar.

Definição de bens, serviços, insumos e obras: qualquer bem que faça parte do projeto desde que este esteja aprovado no colegiado ao qual o projeto esteja cadastrado. Recursos próprios poderão ser utilizados para a pesquisa sem necessitar de licitação para a contratação de produtos para PD&I.

Os órgãos de controle farão auditoria na forma como os projetos foram aprovados na IFES, nos itens que fazem parte do rol de insumos, etc.

RDC poderá ser utilizado para contratação de serviços: assessoria.reitoria@ufrpe.br; 81-3320-6075



André Alves Pereira de Melo (Assessor Financeiro da UFRPE)

Rogério Andrade Mulinari: Marco Legal de CT&I

Dificuldades: Compartilhamento de capital físico, intelectual, docentes DE, do fomento e da propriedade intelectual com ICT pública, privada e empresa. Exigência de publicação de muitos decretos e regulamentos internos.

Beneficiários: Pessoa física – inventora, obtentora; novos produtos e novas funcionalidades

ICT : FA

NIT: FA

Cessão de imóveis – laboratórios poderão ser cedidos com contrapartida financeira ou não financeira; O sistema de CT&I completa 65 anos em abril e o aparato regulatório tem 120 anos.

Muitas vezes o controle traz ineficiência colocando o gestor e sua família em risco. Temos visto que o controle não necessariamente evita corrupção, se assim fosse, não estaríamos vendo o que estamos vendo hoje. Controlar o meio não necessariamente contribui para o produto final.

Influência em diversas Leis como já mencionado pelos palestrantes anteriores.

Ressalta-se a redução de custos gerada pelo Marco Legal: isenção/importação, simplificação na importação e desembaraço; o projeto é quem define o que é produto de P&D, quanto mais claro estiver o plano de trabalho, maior a segurança; o destino

dos recursos, e não a sua origem; dispensas para obras até 300 mil e simplificação dos documentos para pronta entrega (menor que 300 mil).

Isenção e redução nas importações na execução PD&I; utilização de RDC em P&DI, embora vejo com prazo determinado sem interferência na atividade fim; por hora de trabalho ou por hora de uso, de modo que não conflitem com o uso da Universidade.

Compartilhamento de capital intelectual: docentes para exercer a atividade remunerada de P&DI. Recebimento de bolsas para docentes e recebimento pelo presidente da FA. Participação do fomento.

Propriedade intelectual agora é da empresa ou proporcional ao capital investido.

As IFES possuem um papel importante e devem apresentar suas propostas para compor o ENCTI para o período 2016-2019.

O nosso desafio é mostrar para os órgãos de controle que é mais importante alcançar os objetivos do que apresentar todas as Notas fiscais, isto não quer dizer que não precisamos cumprir de forma ética nossas responsabilidades. Cabe as IFES se organizarem para cumprir tudo o que está previsto nesta nova peça que se apresenta.

Discussão plenário:

- Os critérios adotados pela Capes e CNPq não contribuem com a Inovação; é preciso valorizar isso nas IFES?

Está no momento de mudar a régua, se no passado foi importante o número de artigos publicados, agora poderá ser o número de patentes.

- Onde nossas empresas estão comprando tecnologia, se não estão comprando das IFES?

Esta peça não revoga o decreto nº 7423, mas fala em simplificação. Quem deverá fazer este trabalho? As IFES com as Fundações de apoio.

Regulamentar agora é a ordem do dia nas IFES, que levará tempo, gerará conflitos, mas que ao final contribuirão para a CT&I. Temos que entender que patentes e produtos são tão importantes, quanto uma publicação em artigo internacional, *Qualis* A.

- Será que o Marco Legal não servirá para apenas incentivar a prestação de serviço e não a inovação? Ou ele já deverá aparecer nos projetos políticos institucionais?

Discussão na Capes de criar um *Qualis* na área tecnológica e na área de patentes, existe grupos de trabalho instituídos.

- Como criar a cultura de inovação dentro das IFES, ou seja, o que pode ser feito para abreviar o tempo?

A primeira visão da Lei que a empresa terá é que, as IFES poderão prestar mais serviços. Como as IFES poderão auxiliar as empresas, estruturar bem os NIT, escolher bem seus dirigentes, caberá ao NIT esta mudança de cultura dos pesquisadores, demonstrando o que a Instituição terá de ganho.

Cabe também aos órgãos de controle quebrar as culturas existentes quanto a fiscalização. Mesmo que as regulamentações internas e externas sejam rápidas depois virão as auditorias.

Nada deve operar rapidamente devido à falta de regulamentação, tanto no nível federal, quanto no nível interno de cada IFES, mas é preciso começar agora.

Debates sobre o tema no plenário do FORPLAD:

1- Anilton

CrITÉRIOS de Avaliação CAPES / CNPq

Resposta: Este é um ponto crítico devido à cultura brasileira.

Questão da privatização das universidades?

Resposta: Tem que ser debatido intensamente porque o resultado da nossa política é o decréscimo da produção industrial

2- Vice-Reitor da FURG, Prof. Danilo Giroldo.

Como está sendo conduzida a Regulamentação?

Resposta: Há necessidade de reconhecermos as interdependências entre as instituições. Nesse momento existe um GT na CAPES discutindo a implantação de um *Qualis* voltado para produção tecnológica.



Rogério Andrade Mulinari (Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná – UFPR)

14h00 – 15h30: Relato da Comissão de Modelos.

Responsável: Alda Maria Napolitano Sanchez (Coordenadora da Comissão de Modelos).

A coordenadora da comissão de modelos fez apresentação das ações realizadas a partir da formação da nova composição. Foi explanado sobre as ações para o desenvolvimento de matrizes para fixação do orçamento para EAD, Colégio de Aplicação e Hospitais Veterinários. Em adição, a Coordenadora tratou sobre a realização de estudos e avaliações para aperfeiçoamento da Matriz e indicou a necessidade de fortalecimento dos argumentos para o crescimento do bolo.

Nova composição – 04 de novembro

Alinhamento do grupo e definição de objetivos – 17 novembro

Seminário financiamento IFES – 16 de dezembro

Priorização de temas – 01 e 02 de fevereiro

Alinhamento com Andifes – 23 de fevereiro com a participação do Sr. Nelson do Amaral.

Matriz EAD: elaboração durante 2014 e 2015; necessidade de novas simulações; aguardando definição estratégica. Matriz colégio aplicação e Hospitais veterinários: primeiro contato na UFOB e dos HVs o contato inicial foi feito em Goiânia.

Lista de indicados da comissão de modelos para composição dos grupos; aguardando posição da SESU/MEC para início dos trabalhos. Matriz PNAES: realização de seminários; lista de indicados; aguardando formalização da SESU/MEC.

Grupo de trabalho de FG/CD – FORGEPE

Inserção de indicadores de extensão – interação com o fórum de extensão.

Peso do grupo – extraído do modelo inglês: há estudos demonstrando revisão do peso do grupo para criarmos nossos próprios pesos; ocorreu uma atualização em 2014; simulação do impacto desses valores na matriz Andifes. Tarefa instituída para a comissão de Modelos.

Fator de retenção/evasão – vem de longa data e terá uma apresentação no GT de planejamento. No dia 23 de fevereiro foi apresentado material do Inep mostrando como foi construído o fator de retenção.

Indicadores de eficiência e qualidade da Matriz – indicadores da graduação ENADE ou CC. Avaliar se estes são os melhores parâmetros? Quais outros indicadores poderiam ser utilizados?

Indicadores da pós-graduação – capes

Indicador de eficiência e qualidade:

Indicador de eficiência – RAP: avaliar o que esse parâmetro representa na Matriz.

Inserção de outros indicadores de produção institucionalizada de conhecimento científico como previsto no decreto nº 7233.

Estudo sobre o crescimento da terceirização e seus impactos – levantamento sobre as informações de terceirização; necessidade responder aos questionamentos sobre este tema; análise dos dados e vinculação com o RAT.

Argumentos para ampliar o “bolo” da Matriz.

Histórico da quantidade de recursos disponível para as IFES; atualização da UBC.

Levantamento dos valores congelados pelo Reuni de 2008 a 2012.

Hoje o foco é na quantidade.

Será que os indicadores de qualidade estão de fato refletindo a qualidade do sistema IFES?

Aprofundamento do estudo indicadores: Enade, CC, etc. - Relato da Comissão de Modelos



Alda Maria Napolitano Sanchez (Coordenadora da Comissão de Modelos).

Relato da Coordenação Nacional.

Responsável: Tomás Dias Sant' Ana (Coordenador Nacional).

O Coordenador da Coordenação Nacional do Forplad, Prof. Tomás Dias Sant' Ana realizou apresentação das atividades realizadas pelo grupo e pediu atenção ao preenchimento dos formulários de levantamentos sobre a terceirização e do PDI. O professor Tomás acentuou a importância do preenchimento dos formulários, que se tem utilizados como referência para a tomada de decisões entre o Forplad e o Ministério da Educação.

Composição da comissão nacional: representantes das 5 regiões e das comissões temáticas.

Comissão de modelos responsável pelo modelo da Matriz OCC e demais matrizes, além das atividades relacionada ao planejamento e administração; se reúnem em cada Fórum para discutir sobre os temas permanentes.

Luiz Osório Rocha dos Santos – coordenador da comissão planejamento e Nidia Majerowicz – coordenadora da comissão administração.

Avaliação do fórum de Ouro Preto e demais informações.

Comunicação – portal do Forplad : www.forplad.andifes.org.br

Grupo de e-mail: s forplad@googlegroups.com; whatsapp – nacional e regionais

Temos que ser mais céleres nas respostas às demandas feitas pelo Forplad.

Preenchimento do módulo obras do SIMEC. A liberação de limites orçamentários de capital utiliza a atualização do módulo de obras. Fazer articulação interna para manter o mais atualizado possível.

Levantamento de dados do FORPLAD – temos que aprimorar a forma e também a nossa participação.

Levantamento do PDI – desenvolvimento de um sistema entre planejamento e orçamento bem como o desenvolvimento do orçamento. Está em andamento desde o ano passado.

Levantamento da terceirização – iniciado em outubro de 2015, dados de 2014: 37 IFES preencheram e 26 ainda não efetuaram o preenchimento.

Levantamento de quantitativo de terceirizados – está consolidado.

Explicação a respeito da programação do I Fórum organizado pela UFPel e FURG.

Avaliação do FORPLAD – levantamento da satisfação dos membros. É também o momento para apontar os temas que desejamos discutir nos próximos Fóruns.

Do FORPLAD de Ouro Preto até hoje: encaminhamentos realizados em novembro – dezembro.

Reunião da Andifes: nos dias 18 e 19 de novembro de 2015 - fechamento do orçamento 2015; 16 e 17 e dezembro de 2015 - seminário sobre o financiamento nas IFES.

Alterações no portal do FORPLAD.

Entendemos que a matriz precisa ser aprimorada.

2 e 3 fevereiro de 2016 - reunião da coordenação nacional; 23 e 24 de fevereiro de 2016 - reunião na Andifes.

Os coordenadores das regionais deverão alinhar o trabalho de planejamento com a coordenação nacional e levar estas informações para o II FORPLAD, em Vitória.



Tomás Dias Sant'Ana (Coordenador Nacional)

16h00 – 18h00: Reunião dos Grupos Temáticos.

Responsáveis: Nídia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração) e Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação).



Nídia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração)



Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação)

3º Dia, 10 de Março.

08h30 – 10h30

Painel 2: Programa de Bom uso Energético - PROBEN e Boas Práticas de Gestão - MEC. Palestrantes: Prof. Dr. Antônio César Silveira Batista da Silva (Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPel e Coordenador do PROBEN).

Programa PROBEM:

Convênio com a Eletrobrás em 2003 a 2005 para criação de um laboratório de eficiência energética na UFPel.

Em 2014 início do programa PROBEN; e torna-se obrigatório a etiqueta nível A de eficiência energética nos prédios públicos federais.

Em 2015 com o decreto nº 8540 tornou-se obrigatório a contratação adequada desses serviços.

Foi criada uma comissão de uso racional de energia responsável por gerenciar as ações do PROBEN.

O programa não deve gerar custos para a IFES.

Deve reinvestir parte da economia no programa;

Existe 9 ações envolvidas para alcançar o programa: revisão dos contratos, eficiência do sistema de iluminação, etc.

Desde o início até o ano de 2015 houve uma redução de 3,0 mi equivalente a 27 mil ao mês.

A UFPEL tem 75 pontos de coleta de energia.

A revisão de contratos gerou praticamente 2,0 mi e não necessitou de nenhum investimento da Instituição. Alteração da modalidade tarifária também gerou quase 1,0 mi.

Correção do fator de potência para eliminar desperdícios com componentes reativos de potência.

Construção de um software.

Eficiência do sistema de ar condicionado - ar condicionado nível A, geladeiras nível A, etc.

Proposição e capacitação em cursos de eficiência energética.

Participação em editais da Eletrobrás.

Acreditação do Laboratório da UFPel em 2013. Gera um custo de cerca de 30 mil /ano.

Implantação de um programa de conscientização de redução de consumo de energia - PROBEN; Educação - programa de conscientização (mudança de hábitos, consumo consciente, etc).

A intenção da economia é de kWh e não em reais, pois querem reduzir a demanda.

Quanto mais o setor economizar, mais retorno ele recebe (prêmio) - instituíram uma tabela de créditos.

Como é feita a gestão da economia: não há penalização para quem não economiza, entretanto, todo o excedente fica registrado.

Elaboração de material informativo, realização de palestras e seminários, etc.

Alterar o set point de 21 graus para 24 graus.

Desligar o ar condicionado 15 min antes de sair da sala.

Dimensionar o ar condicionado de forma correta.

Limpar o filtro de ar com frequência; desenvolvimento de material publicitário.

PROBEN ESPLANADA:

Estratégias (medidas Administrativas, técnicas e obtenção de recursos)

Administrativas: gestão de contas de energia;

Técnicas: Auditoria enérgica, como fazer para reduzir; fazer o projeto.

Recurso: nas concessionárias com o projeto

Ações: Organização, simulação de contratos, disponibilidade de software, redistribuição multi-nível de créditos.

Discussão no Plenário:

Thiago (UFPE): O MEC não vai diminuir o repasse para pagamento de energia com a diminuição da conta?

Até o momento não se pronunciou.

Paul (UTFPR): Medidores de energia nos prédios; tem como fazer o controle por prédio? Possuem equipamentos para monitoramento.

Resposta: monitoramento do consumo, controle nas unidades, temos medidores em determinados locais, rateado em função da área física, não tem medidores em todos os prédios, tem um pacto, procura fazer o monitoramento, consumo diferenciado dos cursos.

Carlito/UFG: onde foram colocados os bancos de capacitores?

Resposta: São colocados juntos das estações transformadoras.



Prof. Dr. Antônio César Silveira Batista da Silva (Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFPEL e Coordenador do PROBEN)

11h00 – 12h00

Relatos das Reuniões Temáticas e Lançamento do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos. Responsáveis: Nídia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração), Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação), Lino Sanabria (Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal da Grande Dourados) e Tânia Mara Francisco (Diretora do Escritório Técnico de Apoio à Gestão e Assuntos Estratégicos da UNIFESP).

Comissão de Planejamento:

Reunião do GT com 36 pessoas

8 de março - reunião em Pelotas com 10 participantes

Integrantes da comissão: no mínimo 2 membros por região mais representantes do CGTIC e PI

Prestar contas à comissão regional e ao FORPLAD

GTs:

Indicadores - concluído (José Márcio e Osório); todos podem utilizar aqueles indicadores que interessa, está disponível no site FORPLAD.

Gestão de processos: (Maia e Allan); será apresentado no III ou IV Fórum.

Relação Universidades x Sociedade (Emanuel e Anilton); os trabalhos não andaram

Integração planejamento x orçamento (Caetano, Mariomar); o sistema será concluído no IV Fórum.

Planejamento e Avaliação: em andamento

Taxa sucesso, evasão, retenção: Evasão disponível no site da UFF, integração com a Comissão de Modelos.

Não foram propostos novos temas.



Comissão de Planejamento e Avaliação

Comissão de Administração:

Reunião no dia 8 de março com 31 participantes.

01 e 02 de fevereiro de 2016: reunião na UFABC e 08 de março de 2016: reunião na UFPEL.

1. TERCEIRIZAÇÃO

1.a. Capacitação de gestores e fiscais de contratos

A primeira turma, abrangendo as regiões norte, nordeste e centro oeste, foi realizada em Goiás, no ano passado. Neste encontro surgiu a ideia de sistematizar um manual padronizado sobre o tema, que será lançado no dia 10/03/2016, na plenária do FORPLAD. A ideia é que se façam eventuais revisões nesse instrumento no terceiro

fórum de 2016. A capacitação para as IFES das regiões Sul e Sudeste será realizada nos dias 17 e 18 de março deste ano na Unifesp, São Paulo.

1.b. Preenchimento do formulário sobre a terceirização do exercício 2014 e 2015.

Em relação ao preenchimento dos dados sobre a terceirização do exercício 2014, a coordenadora explicou a planilha contendo quais instituições preencheram as informações e quais não preencheram, destacando a importância destas informações para a continuidade dos trabalhos sobre o tema. Solicitou colaboração dos presentes para que todas as IFES encaminhem, no portal do FORPLAD, as informações solicitadas. Será aberto o formulário 2015.

Prazo para preenchimento do formulário de 2014: 25 de março de 2016.

1.c. Lançamento do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos em 10/03/2016.

Tânia Mara apresentou brevemente a atividade e comentou o lançamento do Edital.

2. ENCONTROS REGIONAIS DE GESTORES DE COMPRAS

Foi destacada a importância de definirmos um formato para que o evento permita aos participantes uma maior aproximação e colaboração entre as Instituições com vistas a melhorar as nossas compras e facilitar o dia-a-dia das pessoas que trabalham nessa área.

Foi apresentada a pauta comum para o evento, decidida em reunião realizada na UFABC: Planejamento de compras, Banco de padronização de materiais e CATMAT, Compras compartilhadas, processos de importação e aquisição compartilhada de Livros digitais e sistemas de bibliotecas *on line*, em nível nacional, e solicitada proposta de metodologia comum para os encontros.

Uma das sugestões foi no sentido de que o problema das compras não é o pregão em si, mas a especificação dos itens que compõe o processo. Diante disto a proposta é levar ao evento um catalogador de material do Ministério do Planejamento para falar a respeito do assunto. Em contraponto foi colocado a necessidade de discutir no encontro a ideia de padronização de itens entre as instituições e tentar consolidar uma proposta para depois ser levada ao Ministério do Planejamento.

O formato aprovado para o evento será uma palestra inicial mais global e motivadora, discussão dos itens da pauta em grupos de trabalho e discussão em plenária para encaminhamentos.

3. REDUÇÃO DE GASTOS COM PUBLICAÇÕES NA IMPRENSA NACIONAL

A Profa. Denise (UFC) fez explanação sobre quem e como são feitas as publicações na UFC, com o objetivo de verificar o que de fato é exigência legal e que é

discrecionário. Após será aplicado questionário a todas as IFES visando levantar informações relativas ao assunto a fim de verificar a possibilidade de diminuir os atos publicados no DOU e fazê-lo no boletim interno da instituição, com o objetivo de diminuir custos. Se necessário, propor inclusive alterações em legislação para que isso se viabilize. Para redução de custos é importante verificar o conteúdo que está sendo publicado, tentando enxugar o texto. Às vezes é transcrito, por exemplo, o texto integral do objeto de uma licitação ao invés do seu resumo.

4. CAPACITAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

A Profa. Rosilda informou sobre o seu trabalho junto à ESAF de Salvador – Bahia para capacitação em avaliação de bens imóveis. O curso tem duração de 40 horas, com cerca de 36 participantes e a possibilidade de abertura de turmas exclusivas para o FORPLAD. O GT aprovou a abertura de três turmas: uma em Salvador, uma em Brasília e outra em São Paulo, com no máximo duas pessoas por instituição. É uma capacitação destinada prioritariamente para o pessoal de engenharia. Rosilda vai verificar a disponibilidade de datas com a ESAF.

5. CURSO E SEMINÁRIO SOBRE IMPORTAÇÕES NA UFPR

A UFPR vai realizar, nos dias 27 a 29 de julho, um curso no dia 27/07 e Seminário nos dias 28 e 29 de julho sobre importações, baseado na nova lei do marco da ciência, tecnologia e inovação. O e-mail para contato é import@ufpr.br.

6. DEPRECIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS E MÓVEIS

O levantamento da situação da depreciação de bens imóveis e móveis, inclusive os intangíveis foi retomado. O Sr. Tiago, coordenador do FONDCF, apresentou questionário a ser aplicado pelo FORPLAD com vistas a levantar informações a respeito do tema e propor soluções padronizadas para as IFES. O FONDCF irá sugerir tabela padrão de vida útil para depreciação de bens intangíveis.

7. NOVO MARCO LEGAL PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - LEI 13.243/2016

Em relação a Lei do Marco da Ciência, Tecnologia e Inovação foi criado um grupo de trabalho para propor encaminhamentos, inicialmente, em relação a duas temáticas: 1. Contratação temporária de professores e servidores e 2. Compras e importação. Os nomes sugeridos foram: André (UFERP), Bermudes (UnB) e Edelvino (UFPR), faltando ainda a indicação de membro das regiões Sudeste e Norte.

Lançamento do manual de fiscalização de contratos das IFES: apresentação Tânia

Relevância - impacto na gestão orçamento e terceirização.

Complexidade- gama de legislação, normativos.

Necessidade das IFES - carência de pessoas capacitadas, de referências.

Construção conjunta - atendimento das diversas realidades.

Atendimento aos órgãos de controle.

Participação das regionais - 9 por dificuldades técnicas - região norte.

Ser dinâmico com revisões e melhorias constantes.

Diretriz: propor modelo de gestão, controle de forma flexível.

Montar um ambiente na página do FORPLAD.

Manual e anexos.

Conclusões: impacto da terceirização é relevante e merece atenção.

Este é o segundo trabalho publicado pelo FORPLAD.

Serve de estímulo para as outras comissões para que também elaborem documentos dessa natureza.



Nídia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração)



Tânia Mara Francisco (Diretora do Escritório Técnico de Apoio à Gestão e Assuntos Estratégicos da UNIFESP)

14h00 – 16h00

Painel 3: MEC – SPO/DIFES. Palestrantes: Iara Ferreira Pinheiro (Subsecretária de Planejamento e Orçamento), Fernando Augusto Rodrigues Bueno (Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO/DIFES/SESu/MEC) e Dulce Maria Tristão (Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – DIFES).

SPO/MEC: Iara Ferreira Pinheiro e Max Elias

Iara: Liberação de financeiro com base no dia 3 de março, em média 30% do liquidado.

Esperamos que seja um ano mais fácil que 2015.

Entendo que todos enfrentam um período difícil. Esperamos que o cenário mude e possamos ir melhorando.

Corte do governo de 23,4 bi e de 1.3 bi no MEC, menor que 2015. Mas LOA de forma geral ficou menor.

55,5 bilhões a menos que em 2015 na LOA de 2016.

Com relação ao limite de empenho, a redução é de 1,9 bilhões em relação a 2015.

Em 2016 PLOA 250 milhões, LOA 257 mi e limites de empenho de 233 milhões.

As IFES que tiveram redução da PLOA para LOA terão os ajustes em abril, provavelmente. Aparecera como fonte 312.

2015 - 6,7 bilhões empenhado e na LoA 2016 8,4 bilhões.

80% do limite custeio e 40% do limite de capital foi liberado.

A Sesi fará reunião com cada Reitor pois o corte será em investimento. Será preservado o custeio e o ajuste em capital. É importante que cada IFES faça um estudo aprofundado nas obras.

A 20 RJ e o Proext estão no MEC e serão descentralizados.

Módulo de obras atualizado e com informações verdadeiras.

2016 - 1,9 bilhões para investimento.

Necessidade real seria de 930 milhões para 2016, para obras acima de 25% executado.

1,7 bilhões para obras com 0-25% de execução.

Restos a pagar do MEC: as IFES representam 28% do montante inscrito. Nos últimos anos este valor vem aumentando.

2014 - 4 bilhões inscritos em restos a pagar.

De custeio 1,3 bilhões.

2015 – 968 milhões; 2016 - 1,2bilhões – será necessário fazer análise em cada IFES, urgente. Essa situação traz dificuldades para o MEC na negociação com o MPOG.

Total de 3,2 bilhões inscritos em restos a pagar.

Abriu o prazo para fazer a inscrição de restos a pagar; que seja feito logo pois não haverá prorrogação do prazo.

Liquidação até o dia 3 de março: 499 milhões.

2015 - 5,3 bilhões liberado.

2016 - até 7 de março: 960 milhões.

Portaria nº 67/2016 MPOG. O MEC está contemplado nesta portaria e entramos em muitos itens.

Aquisição de imóveis, de veículos, locação de imóveis, locação de veículos e de máquinas.

Prorrogação e substituição destes itens está permitido.

Basicamente o que foi empenhado em 2015 será o permitido para 2016, não sabemos se este ano iremos escapar. Ainda não temos posição do impacto dessa portaria.

Pleitos para alteração de limites, portaria sairá nos próximos dias.

Aquisição de veículos e locação de imóveis novos terá que ter autorização do MPOG. É uma portaria que amarrou o MEC porque não é só passagens/diárias. No decorrer da próxima semana saberemos efetivamente o impacto desta portaria.

Cada IFES deverá fazer um estudo interno, urgente para se ajustar a esta nova situação.

Além do contingenciamento dos limites orçamentários temos a restrição de gastos com os itens que estão na portaria.

Alteração orçamentária está sendo feita no SIOP, este ano já encerrou.

O ajuste será por IFES e a mesma decidirá em quais naturezas; praticamente é tudo, menos energia.

Decreto nº 8676 de fevereiro de 2016:

Os limites entram todos numa caixa única, sem distinção de custeio e capital.

Ofício Circular nº 2 de 17 de fevereiro de 2016.

Saiu do Simec e começou a operar o SIOP. Verificar com a equipe se observou alguma mudança positiva ou negativa. www.siop.planejamento.gov.br

Haverá mais dois momentos para alteração: em agosto e outubro.

Pessoal e benefícios também está sendo pelo SIOP; para o crédito de superávit não saiu, ainda, a Portaria, com previsão para 30 de março.

Recomposição: corte PLOA igual a 38,7 bilhões.

Ajuste receita própria igual 57,6 bilhões.

Depende de publicação e sairá no mês de maio.

Reestimativa de receita tem 5 prazos: fevereiro, junho, julho, agosto e outubro.

Emendas parlamentares: houve queda no valor total de emendas.

O módulo para fazer a indicação de viabilidade e execução de emendas mudaram. De 3 a 30 de março, e agora além do Reitor, a equipe técnica fará o trabalho, mas somente o Reitor poderá fazer o envio. Tem que preencher o plano de trabalho resumido. Se a emenda não for executada também precisa justificar o motivo.

Discussão no Plenário:

Financeiro na vinculação 405 - emendas como está?

Está carimbado na vinculação 405. O parlamentar é que define o valor. Cada reitor deverá falar com o parlamentar.

Previsão de liberação de orçamento da 20 RJ, Proext e Proap?

SEB e SECADI – 20 RJ entrar em contato com estas secretarias:

- PROEXT – SESU

- PROAP – Capes

Superávit de receita própria?

Superávit: em fonte própria não dá para saber se terá limite.

Iremos providenciar um vídeo para o SIOP.

O limite é global, a IFES decidirá como administrará o limite.

Pode empenhar, custeio, capital e fonte própria com os mesmos limites. Na NL está sendo informado o que é custeio, capital e fonte própria. Dá pra tirar um relatório no Siafi gerencial para acompanhar quanto foi liberado de custeio, de capital ou de fonte própria. Fazer monitoramento na IFES.

Fordhv – está na 20 RK, é responsabilidade de cada IFE.

Fonte própria: só utilizar o que está arrecadando.

Com relação a Portaria nº 67 será discutido caso a caso para as IFES que possuem apenas 4 veículos, por ex: as IFES novas.



Iara Ferreira Pinheiro (Subsecretária de Planejamento e Orçamento)



Iara Ferreira Pinheiro (Subsecretária de Planejamento e Orçamento)



Max Elias (SPO)

SESU/MEC: Dulce Maria Tristão e Fernando Augusto Rodrigues Bueno

Dulce: momento de grande sensibilidade, momento de aprimorar o modelo de gestão. Queremos cobrar o compromisso com a educação.

Indicadores do TCU – 2015: preenchidos pelas IFES. Destacamos apenas um item que é a TSG. Cursos que não tiveram concluintes não entram no cálculo.

39 IFES tiveram TSG menor que 50%. Há que se pensar sobre os dados que estão sendo cadastrados, não é possível que tenhamos taxas de sucesso menor que 1%.

Temos que ler o manual. Os cursos que não tem concluintes não devem fazer parte desse indicador – favor rever nas IFES. Falar com Fernando.

Número de cursos do e-MEC devem ser iguais ao do Censo.

FCC são distribuídos pelo e-MEC e não pelo Censo.

Reunião com os Reitores, Pró-reitores de graduação, Pró-reitores de Planejamento ou PI na SESU.

Formação de professor: pedagogia e licenciaturas.

Há situações de oferta de vaga com valor inferior e número de ingressante superior: Como explicar?

É muito importante que os dados estejam corretos, conversar com os PIs para ter clareza dos dados que estão cadastrados.

Para 2017 estamos fazendo uma proposta: Tem PI colocando as terminalidades de BIs onde quer, o que vem gerando muitas distorções para o sistema.

Hoje existe 8 mil vagas desocupadas.

Hoje existe 18 mil servidores recebendo salários.

Temos 105 mil técnicos recebendo salário. 29 mil estão nos HUs. 7,3 mil cargos de técnicos administrativos vagos.

É necessário que as IFES façam os concursos. Continua um quantitativo de vagas ociosas grande.

Temos 11 IFES com 200 a 300 vagas desocupadas; 26 IFES com 100 a 199 vagas desocupadas; 26 IFES com 1 a 100 vagas desocupadas.

FGs excedentes: algumas Universidades estão com funções excedentes.

Obras: acreditamos que o Simec não está tão atualizado quanto precisamos.

Receberemos um ofício para fazer a atualização do Simec - obras, e posteriormente os Reitores serão chamados para uma conversa com o secretário. Na última semana de março inicia com as novíssimas IFES, para conversar especificamente sobre obras.

O MEC está discutindo um plano de apoio ao desenvolvimento das Universidades.



Dulce Maria Tristão (SESU/MEC)

Fernando:

Termos de descentralização de crédito.

Censo 2015.

Emendas.

Simec - obras: o foco são as obras de 0-25% que perfazem 1,7 bilhões e o total de 2,7 bilhões com as demais situações.

Aba "execução orçamentária" no módulo de obras – será necessário preencher somente para as que estão em execução e paralisadas.

Obra - data término 10/2014: a obra está em andamento - isso mostra que os dados estão desatualizados. Fazer uma triagem para melhorar a qualificação das informações no módulo SIMEC OBRAS.

Há outros casos de mais de um ano sem atualização.

A equipe da SPO aumentou no seu quadro de recursos humanos. Irão retornar as visitas técnicas nas IFES. Será montado um banco de projetos para disponibilizar para as IFES.

TDC – há orientação para o preenchimento correto, é importante ter detalhamento e é importante seguir os ritos de cadastramento e atualização. Tem que ter o termo de referência anexo ao TDC.

Prestação de contas: não fazer a prestação de contas antes de receber todo o recurso; solicitar a prorrogação de prazo; realizar o controle do prazo de vigência. O financeiro só é liberado se estiver vigente.

Everton – (61)2022-8174.

Censo 2015

Módulo SPO: cadastrar as emendas, e em caso de dúvidas entrar em contato, na SESU, até 13 de abril.

Tratamento para as novas será diferenciado em relação ao preenchimento de vagas.

Permitir que o FORPLAD tenha acesso as informações para contribuir no processo de solução, com relação as vagas ofertadas, ingressantes, remanescentes.

Acertar os códigos e-MEC – solicitação da Seres, porém adotar os cuidados necessários.

Há necessidade de orientação correta para os Pls com relação aos códigos de cursos.

A TSG está caindo, vários são os fatores como por ex. a interiorização, cotas, etc.

Temos que trabalhar na busca de soluções. As informações precisam ser as mais corretas possíveis.

Haverá novo treinamento para os Pls e a Sesu participará. Precisamos esclarecer as informações para evitar que cada IFE preencha de uma maneira diferente. Isto deverá ser feito para o ano de 2017.

Há preocupação com as novíssimas e por isso foram priorizadas para a conversa com os reitores.

Para as obras em licitação é utilizado o valor previsto, para as demais é o valor contratado.

O SIMEC vai reabrir, até semana que vem, para atualização dos indicadores do TCU – dúvidas poderão ser tratadas com o Fernando.

Podemos discutir o conceito de TSG, no entanto o TCU solicita o cálculo desses indicadores.

Foi enviado o ofício 13 - PROEXT e o prazo para preenchimento do TDC é 23 de março.



Fernando Augusto Rodrigues Bueno (SESU/MEC)



Dulce Maria Tristão e Fernando Augusto Rodrigues Bueno (SESU/MEC)

16h30 – 17h30: Encaminhamentos.

Responsável: Tomás Dias Sant' Ana (Coordenador Nacional)

Regional Nordeste: moção de solidariedade à UFPB em função da invasão da Reitoria. Proposto a votação: a grande maioria se manifestou favorável ao documento. Solicitação de que cada regional faça contato com a bancada para derrubar os vetos da Lei nº 13243.

Instituir GT para elaborar minuta orientativa/contributiva juntamente com FOPROP e FORPROEXT para regulamentação dos itens da Lei nº 13243.

GT: Thiago - UFPE (coordenador), André, Anilton, Mascarenhas, Jeane, Vilson, Bermudez (para confirmar) - o coordenador deverá contactar o FOPROP, FORPROEXT e CONFIES.

O próximo FORPLAD ocorrerá na UFES no período de 15 a 17 de junho.

Alda encaminhará uma proposta de texto para o item 9.4 do relatório de gestão bem como a proposta da Iara Ferreira Pinheiro da SPO.

A Comissão de Modelos deverá se dedicar as distorções observadas ao número de vagas ofertadas, aos ingressantes e terminalidades - há necessidade de um refinamento.



**17h30 – 18h00: Encerramento.**

Responsáveis: Antônio Carlos de Freitas Cleff (Pró-Reitor Administrativo – UFPEL), Luiz Osório Rocha dos Santos (Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento – UFPEL) e Mozart Tavares Martins Filho (Pró-reitor de Planejamento e Administração – FURG).

Agradecimentos



Encerramento as 18h30



ZKA

Tomás Dias Sant' Ana

Coordenador Nacional do FORPLAD

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional – UNIFAL-MG